



**DE UMA EDUCAÇÃO EM COMA A
UM PAÍS QUE CAMINHA SEM BÚSSOLA**
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O ESTADO E
A SOCIEDADE EM MOÇAMBIQUE*

Wagner Alexandre Siteo
wagneralexandresitoe@gmail.com

ABSTRACT

This study analyzes the main socio-political and economic challenges of Mozambique, with emphasis on education, the Single Salary Table (TSU), municipal elections, the fight against terrorism in Cabo Delgado, social inequality, and citizenship. The research adopts a qualitative approach, combining semi-structured interviews with academics and social scientists, documentary analysis, and the observation of official reports. The findings reveal an education system in crisis, marked by structural deficiencies; technical and political weaknesses in the implementation of the TSU; and electoral processes constrained by governance challenges. Progress has been noted in the fight against terrorism, though still limited by institutional gaps, while the persistence of inequality remains a major obstacle to development. The study concludes that urgent structural reforms are required, alongside stronger institutions, the promotion of social justice, transparency, and active citizen participation. It contributes to the debate on public policies in Mozambique by proposing pathways to reduce inequalities and consolidate democracy.

KEYWORDS: Citizenship; Inequality; Education; Public Policy; Terrorism; Mozambique.

* Publicado originalmente no volume 10 desta revista, no ano de 2025.

Link: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspublicas/article/view/268225>

INTRODUÇÃO

Moçambique, situado na região sudeste do continente africano, é uma nação marcada por uma história complexa de colonização, luta pela independência e construção do Estado-nação. Desde a ocupação portuguesa, iniciada no século XVI, até à proclamação da independência em 25 de Junho de 1975, o país experimentou uma série de transformações políticas, económicas e sociais que moldaram profundamente a sua identidade coletiva e a organização do seu tecido institucional (Chabal, 2002; Isaacman, 1996). O período colonial impôs estruturas de poder que privilegiavam minorias, exploravam recursos naturais e subordinavam a população local a sistemas de trabalho compulsório, estabelecendo bases de desigualdade que persistem até hoje.

A independência de Moçambique não significou apenas a retirada das forças coloniais, mas também abriu caminho para um ambicioso projeto de construção nacional, marcado pela implementação de políticas socialistas, nacionalização de terras e a centralização do poder político (Newitt, 1995). No entanto, a fragilidade institucional, os conflitos internos prolongados e a guerra civil (1977 – 1992) deixaram cicatrizes profundas, dificultando a consolidação de uma cidadania plena e de um sistema de governança eficiente (Hanlon, 1996). As feridas da guerra civil, somadas à persistente desigualdade regional e social, continuam a influenciar as dinâmicas de desenvolvimento e as relações de poder no país.

Nas últimas décadas, Moçambique tem enfrentado desafios adicionais, incluindo a implementação de reformas económicas estruturais, como a Tabela Salarial Única (TSU), a necessidade de fortalecimento da educação e de políticas de inclusão social, bem como a emergência de ameaças à segurança, exemplificadas pelo terrorismo na província de Cabo Delgado (Vaz & Conrado, 2023). Esses factores interagem de forma complexa, criando um cenário em que a governança, a participação cidadã e a justiça social são frequentemente comprometidas.

A literatura académica destaca que a construção de um Estado funcional requer instituições fortes, transparência na gestão pública e mecanismos efetivos de responsabilização (Acemoglu & Robinson, 2012; North, 1990). Em Moçambique, a captura do Estado, a corrupção sistémica e a marginalização de determinados grupos sociais evidenciam a necessidade de repensar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que promovam equidade, inclusão e coesão nacional. Além disso, o país enfrenta o desafio de conciliar crescimento económico com justiça social, de modo a garantir que a riqueza gerada seja distribuída de forma a reduzir desigualdades históricas e regionais.

Este estudo tem como objectivo analisar, de forma crítica, a situação actual de Moçambique, abordando questões estruturais que incluem o colapso da educação, a implementação da TSU, a gestão municipal, o combate ao terrorismo, a desigualdade social e a participação política. A pesquisa pretende fornecer interpretações fundamentadas sobre os fatores que limitam o desenvolvimento sustentável e propor recomendações para políticas públicas que fomentem cidadania, transparência e justiça social.

A abordagem metodológica adotada combina entrevistas semiestruturadas com especialistas em Ciências Políticas, História e Comunicação, análise documental de políticas públicas e observação participativa de processos sociais e políticos. Esta triangulação de métodos permite uma compreensão abrangente das dinâmicas que afetam Moçambique, tanto do ponto de vista técnico quanto social, oferecendo um panorama detalhado sobre as interações entre Estado, sociedade civil e atores económicos (Vaz, 2023; Conrado, 2023).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada para a análise crítica das dinâmicas sociais, políticas e económicas em Moçambique. A investigação foi conduzida entre janeiro e junho de 2025, com o objectivo de compreender os fatores estruturais que influenciam a governança, a participação cidadã, a justiça social e o desenvolvimento económico no país. Para tanto, foi adotada uma triangulação metodológica, combinando entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação direta, permitindo aprofundar a compreensão das complexas interações entre Estado, sociedade civil e atores económicos.

a) Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 especialistas, abrangendo três áreas do conhecimento: Ciências Políticas, História e Comunicação. Entre os entrevistados destacam-se académicos com doutoramento, consultores em políticas públicas e profissionais com experiência prática em governança local. Cada entrevista teve duração média de 90 minutos, sendo gravada com consentimento prévio dos participantes.

O roteiro de entrevistas incluiu questões relacionadas a:

- A situação actual do Estado moçambicano e os desafios de governança;
- A implementação e impacto da Tabela Salarial Única (TSU) nas administrações públicas;
- O papel da educação e das políticas de inclusão social no desenvolvimento sustentável;
- Experiências e percepções sobre o combate ao terrorismo em Cabo Delgado;
- Avaliação dos processos eleitorais, da participação política e da gestão municipal;
- Perspectivas sobre desigualdade social, exclusão regional e justiça social.

As respostas foram transcritas integralmente e codificadas utilizando técnicas de análise temática (Braun & Clarke, 2006), permitindo identificar padrões, convergências e divergências de opinião entre os especialistas. A codificação também permitiu destacar narrativas emergentes sobre o impacto das políticas públicas e a percepção social sobre corrupção, participação cidadã e desenvolvimento regional.

b) Análise Documental

Complementarmente, realizou-se uma análise documental de políticas públicas, relatórios oficiais e legislação vigente, incluindo documentos do Ministério da Educação, Ministério das Finanças, Ministério da Terra e Ambiente, Tribunal Administrativo, observatórios de segurança e relatórios eleitorais. A análise documental permitiu verificar a consistência das percepções dos entrevistados com dados oficiais e identificar lacunas na implementação das políticas públicas.

Entre os documentos analisados destacam-se:

- A Tabela Salarial Única (TSU) e legislação associada;
- Relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre pobreza e desigualdade;

- Planos estratégicos de desenvolvimento municipal;
- Relatórios do Instituto Nacional de Gestão de Risco e Desastres (INGRD) sobre mudanças climáticas;
- Relatórios das Nações Unidas e organizações não-governamentais sobre segurança e direitos humanos.

A análise documental foi realizada de forma crítica, confrontando informações oficiais com relatos da sociedade civil e da imprensa, permitindo estabelecer triangulações entre dados primários e secundários, assegurando confiabilidade e validade científica.

c) Observação Participativa

Como complemento, realizou-se observação participativa em três municípios estratégicos: Chimoio, Matola e Beira, escolhidos por apresentarem diferentes níveis de eficiência administrativa e desenvolvimento social. A observação focou aspectos como:

- ✓ Estrutura e funcionamento das administrações municipais;
- ✓ Implementação de políticas públicas locais;
- ✓ Interações entre cidadãos e autoridades;
- ✓ Evidências de desigualdade social, acesso a serviços básicos e participação comunitária.

Notas de campo foram sistematicamente registradas, descrevendo tantos fenómenos visíveis quanto as percepções coletadas informalmente junto à população. Essa abordagem permitiu compreender a realidade concreta dos municípios e contrastá-la com percepções macro e análises dos especialistas.

d) Procedimentos Éticos

Todos os procedimentos seguiram rigorosamente os princípios éticos da investigação em ciências sociais. Os participantes das entrevistas foram informados sobre os objectivos do estudo, assegurando anonimato, confidencialidade e o direito de desistir a qualquer momento. A pesquisa também respeitou as diretrizes de submissão ética exigidas nas pesquisas científicas, garantindo que nenhuma informação pudesse identificar os entrevistados diretamente no texto final.

e) Análise e Interpretação de Dados

Os dados coletados foram analisados utilizando técnicas de análise qualitativa de conteúdo, permitindo identificar categorias temáticas relacionadas à governança, educação, TSU, segurança, eleições, desigualdade e participação social. Essa análise foi complementada por um exame crítico da literatura científica existente, de modo a situar os achados no contexto global e regional, garantindo comparabilidade e profundidade interpretativa (Patton, 2015).

O resultado dessa triangulação metodológica possibilita compreender não apenas os fatores estruturais que influenciam a realidade moçambicana, mas também as interações dinâmicas entre Estado, sociedade e indivíduos, oferecendo subsídios para propostas de políticas públicas mais eficazes e contextualizadas.

RESULTADOS

A análise qualitativa realizada revela um conjunto de fenômenos interligados que configuram a realidade socioeconómica e política de Moçambique, permitindo compreender tanto os desafios quanto as oportunidades existentes. Os resultados são organizados em seis categorias centrais: educação, Tabela Salarial Única (TSU), eleições, terrorismo, desigualdade social e participação política.

Educação

O setor educativo moçambicano apresenta desafios estruturais que comprometem a qualidade do ensino e a formação de capital humano qualificado. As entrevistas com especialistas em comunicação e ciência política indicam que a educação formal encontra-se em estado de “coma induzido” (Vaz, 2025; Tijo, 2025), refletindo uma crise profunda de planeamento, gestão e recursos. Entre os problemas destacados estão a desfasagem dos livros didáticos, reprovação em massa, insuficiência de formação docente e infraestrutura escolar inadequada, especialmente nas zonas rurais (INE, 2024).

As observações em campo revelaram que escolas municipais em áreas urbanas apresentam melhor organização, enquanto instituições rurais sofrem com falta de recursos básicos, acesso limitado à tecnologia e professores não capacitados. Este panorama evidencia a necessidade urgente de políticas públicas centradas na formação continuada de docentes, produção de materiais pedagógicos locais e monitoramento efetivo do sistema educativo (World Bank, 2023).

O impacto desta deficiência educativa repercute diretamente no desenvolvimento humano e na equidade social, dificultando a mobilidade social e perpetuando ciclos de pobreza intergeracionais (UNESCO, 2022). A avaliação dos especialistas sugere que a recuperação do setor educativo exige não apenas investimento financeiro, mas uma reestruturação ética e institucional do Ministério da Educação, visando fortalecer a soberania educacional do país.

Tabela Salarial Única (TSU)

A implementação da Tabela Salarial Única (TSU) revelou falhas de planeamento, comunicação e gestão, conforme indicam os depoimentos de Vaz (2025) e Conrado (2025). Embora a TSU tenha como objectivo equilibrar remunerações, eliminar subsídios e estabilizar salários, a execução demonstrou-se inconsistente, gerando descontentamento entre servidores públicos e conflitos políticos.

Documentos oficiais analisados indicam que houve interpretação equivocada da lei e problemas matemáticos na redistribuição salarial, fatores que contribuíram para percepções de injustiça e favorecimento político (Ministério das Finanças, 2024). As entrevistas sugerem que a responsabilidade deve recair sobre gestores específicos do processo e não diretamente sobre a presidência, destacando a necessidade de maior transparência e de comunicação institucional estratégica.

A análise documental também evidencia que a TSU, quando mal implementada, pode gerar efeitos adversos sobre o moral dos funcionários e comprometer a eficiência da administração pública (World Bank, 2023). Estes resultados reforçam a importância de capacitação técnica e planeamento participativo em reformas salariais de impacto nacional.

Eleições Autárquicas

As eleições autárquicas de 2023 forneceram um panorama revelador sobre governança municipal e engajamento político em Moçambique. Observações e entrevistas indicam que a FRELIMO, enquanto partido dominante, demonstra maior capacidade de coordenação administrativa, refletindo-se na gestão eficiente de municípios como Chimoio, Matola e Beira (Conrado, 2025; Vaz, 2025).

Em contraste, municípios administrados por partidos da oposição apresentam deficiências estruturais, desvios de fundos e menor capacidade de implementação de políticas públicas. Esta realidade sugere que a ausência de fiscalização e *accountability*² institucional limita a consolidação democrática e a prestação de serviços públicos eficientes (African Development Bank, 2022).

A análise qualitativa mostra que a participação cidadã continua concentrada em discursos e votações, com limitada ação direta sobre decisões administrativas. Este cenário evidencia a necessidade de fortalecer a autonomia financeira e administrativa dos municípios, bem como promover programas de educação cívica que estimulem a participação ativa e consciente da população.

Terrorismo em Cabo Delgado

O combate ao terrorismo em Cabo Delgado, iniciado em 2017, demonstra a complexidade da segurança regional e a necessidade de cooperação internacional estratégica. Conrado (2025) e Vaz (2025) destacam que, apesar de avanços significativos, a reconstrução e a estabilização social permanecem como desafios centrais. A intervenção militar, incluindo a participação de forças do Ruanda, contribuiu para reconquistar áreas estratégicas, mas a ausência de políticas públicas de reconstrução e reintegração limita os efeitos duradouros da pacificação.

A análise documental dos relatórios das Nações Unidas e do INGRD revela que o terrorismo provocou deslocamentos massivos de população, impacto econômico negativo e vulnerabilidade social nas regiões afetadas (UN, 2023). Observações em campo indicam que a reconstrução física das localidades deve ser acompanhada de estratégias de desenvolvimento social, educação, emprego e reinserção de vítimas, reforçando a resiliência comunitária e prevenindo o retorno do extremismo.

Desigualdade Social

A desigualdade social emerge como uma questão central, resultante de décadas de políticas econômicas concentradoras, corrupção institucional e marginalização regional. Os dados qualitativos indicam que a elite econômica e política continua a controlar recursos significativos, enquanto grande parte da população enfrenta pobreza extrema e exclusão social (Tijo, 2025; INE, 2024).

O levantamento documental sobre indicadores de desenvolvimento mostra disparidades acentuadas entre norte, centro e sul do país, com acesso desigual a educação, saúde e infraestrutura (World Bank, 2023). A análise crítica revela que a desigualdade não é apenas econômica, mas estrutural, cultural e política, afetando diretamente a coesão social e a capacidade de mobilização cidadã.

² “Uma relação social em que um ator é obrigado a explicar e justificar a sua conduta a um fórum, que pode formular perguntas, passar juízos e aplicar consequências” (Bovens, 2007, p. 450).

Participação Política e Cidadania

A participação política em Moçambique é marcada por desafios de representatividade e *accountability*. Observações e entrevistas indicam que muitos cidadãos se sentem excluídos das decisões políticas, contribuindo para descrença institucional e baixa confiança no Estado (Conrado, 2025; Tijo, 2025).

A análise sugere que o fortalecimento da democracia depende da criação de mecanismos de fiscalização, educação cívica e participação comunitária ativa, capazes de responsabilizar gestores públicos e promover a justiça social. Programas de inclusão digital, educação política e promoção de fóruns de debate podem contribuir significativamente para ampliar a consciência cidadã e reduzir a distância entre sociedade civil e Estado.

DISCUSSÃO

A presente análise evidencia que Moçambique enfrenta desafios estruturais profundos, cujas origens se entrelaçam com fatores históricos, socioeconômicos e políticos. O setor educativo, analisado na seção de resultados, mostra-se particularmente crítico. A literatura indica que sistemas educacionais frágeis perpetuam ciclos de pobreza e limitam a mobilidade social (UNESCO, 2022; World Bank, 2023). Os dados colhidos *in loco* e as entrevistas com especialistas confirmam essa tendência, destacando que a falta de materiais pedagógicos adequados e a baixa capacitação docente são fatores determinantes para o estancamento do desenvolvimento humano.

Em relação à Tabela Salarial Única (TSU), os achados apontam para uma implementação inadequada, marcada por falhas de comunicação e execução, o que reflete um problema clássico de políticas públicas em contextos de fragilidade institucional. Conforme literatura comparativa, reformas salariais em países em desenvolvimento frequentemente enfrentam resistências políticas e dificuldades técnicas, demandando planeamento participativo, transparência e comunicação estratégica (Lindert, 2019; Murshed, 2020). Assim, a experiência moçambicana reforça a importância de estudos de impacto social e técnico antes da implementação de reformas administrativas.

O tema das eleições autárquicas destaca a dicotomia entre governança eficiente em municípios bem geridos e deficiências em áreas controladas pela oposição. Estudos sobre democracia em países africanos sugerem que a consolidação institucional depende de mecanismos de *accountability*, autonomia municipal e participação cidadã (Gyimah-Boadi, 2017; van de Walle, 2021). A avaliação dos municípios moçambicanos, conforme entrevistas e observações, confirma que a ausência de fiscalização e a fragilidade de estruturas municipais contribuem para desigualdades regionais e governança assimétrica.

No tocante ao terrorismo em Cabo Delgado, a análise revela que, apesar de operações militares exitosas, o desafio da reconstrução social permanece. A literatura em segurança internacional destaca que intervenções militares isoladas, sem estratégias de reintegração e desenvolvimento comunitário, geram instabilidade prolongada (Kalyvas, 2018; Berdal & Malone, 2020). A cooperação internacional, embora relevante para o combate imediato ao extremismo, não substitui políticas de desenvolvimento local que garantam estabilidade socioeconômica e prevenção de novos ciclos de violência.

A desigualdade social em Moçambique, observada de forma transversal, manifesta-se não apenas na distribuição de recursos, mas também na exclusão política e na marginalização regional. Estudos comparativos sugerem que desigualdades estruturais historicamente enraizadas tendem a gerar efeitos cumulativos sobre educação, saúde e participação política (Birdsall, 2019; Ferreira & Ravallion, 2021). O contexto moçambicano, conforme corroboram as entrevistas, revela que a elite concentra riqueza e poder, enquanto a população em situação de pobreza extrema permanece vulnerável, criando tensões sociais e fragilidades institucionais.

Quanto à participação política e cidadania, os dados indicam que a distância entre cidadãos e Estado compromete a legitimidade institucional. A literatura de ciência política evidencia que a participação ativa e consciente da população é essencial para a consolidação democrática (Diamond & Plattner, 2019). Observações *in loco* e entrevistas indicam que a população moçambicana, especialmente os jovens, começa a desafiar o *status quo*, manifestando crescente consciência cívica. No entanto, a participação política efetiva exige acesso a informação, espaços de debate e mecanismos institucionais de responsabilização.

A integração dos resultados com a literatura internacional evidencia que Moçambique compartilha desafios com outros países africanos em desenvolvimento, mas apresenta particularidades locais. A combinação de fragilidade institucional, desigualdade histórica e crise educacional cria um cenário complexo que exige soluções multifacetadas, combinando reformas administrativas, políticas de inclusão social e estratégias de desenvolvimento humano sustentáveis.

Além disso, o contexto moçambicano ilustra a importância da ética e da moralidade na gestão pública. A literatura em governança aponta que corrupção sistêmica e clientelismo comprometem não apenas a eficiência administrativa, mas também a confiança pública, elemento fundamental para a coesão social (Rose-Ackerman, 2016; Transparency International, 2021). A análise das entrevistas com Vaz (2025), Conrado (2025) e Tijo (2025) evidencia que a reconstrução moral da sociedade é tão necessária quanto as reformas estruturais, sinalizando que mudanças de mentalidade e cultura institucional são pré-requisitos para a transformação efetiva do país.

Por fim, a discussão enfatiza que o futuro de Moçambique depende de ações simultâneas em múltiplas frentes: políticas públicas bem planejadas, educação de qualidade, combate à corrupção, fortalecimento da participação cidadã e reconstrução social das áreas afetadas por conflitos. A literatura corrobora que países que implementam políticas integradas, combinando desenvolvimento humano, governança eficiente e engajamento cívico, alcançam maior resiliência institucional e social (Sen, 1999; Acemoglu & Robinson, 2012).

CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia que Moçambique atravessa um período de complexidade multifacetada, no qual fatores históricos, sociais, econômicos e políticos se entrelaçam de maneira a criar desafios persistentes e interdependentes. A análise crítica das entrevistas com especialistas, aliada à revisão documental, revela que problemas estruturais, tais como a fragilidade do sistema educativo, desigualdade socioeconômica, corrupção sistêmica, governança municipal deficitária e os impactos de crises como o terrorismo em Cabo Delgado, não podem ser tratados isoladamente. Cada um desses fatores atua como catalisador de um ciclo de vulnerabilidade, perpetuando exclusão, pobreza e instabilidade institucional.

No sector educacional, a crise estrutural identificada demonstra que o país não apenas enfrenta carências materiais, mas também uma lacuna profunda de gestão pedagógica e estratégica. A negligência na formação docente, a deficiente produção de materiais didáticos e a ausência de acompanhamento rigoroso do desempenho escolar constituem barreiras significativas à consolidação do capital humano necessário para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022; World Bank, 2023). Tal constatação reforça que investimentos em educação devem transcender o quantitativo, incorporando práticas inovadoras, gestão eficiente e monitoramento contínuo de resultados, sob pena de reproduzir desigualdades históricas.

A implementação da Tabela Salarial Única (TSU) ilustra a fragilidade das reformas administrativas quando desprovidas de planeamento estratégico e comunicação eficaz. A literatura em políticas públicas evidencia que reformas salariais em contextos de governança frágil exigem participação multidimensional, transparência, análise de impacto e avaliação contínua (Lindert, 2019; Murshed, 2020). A experiência moçambicana demonstra que a falta desses elementos compromete não apenas a eficácia das políticas, mas também a confiança pública, criando um efeito dominó que influencia a estabilidade social e econômica.

As eleições autárquicas emergem como um termómetro da saúde democrática do país. A disparidade na qualidade da governança entre municípios reflete desigualdades regionais profundas e a concentração de poder em grupos específicos. Estudos comparativos sobre democracia e descentralização sugerem que autonomia municipal, mecanismos de *accountability* e participação cidadã são pilares fundamentais para a consolidação institucional (Gyimah-Boadi, 2017; van de Walle, 2021). Em Moçambique, a ausência de tais mecanismos contribui para fragilidades locais, limitando o potencial de desenvolvimento equitativo e a promoção da justiça social.

O combate ao terrorismo em Cabo Delgado demonstra que, embora operações militares bem-sucedidas possam recuperar territórios, a estabilização efetiva requer políticas de reconstrução social e reintegração comunitária. A literatura sobre segurança internacional enfatiza que a presença militar, isoladamente, não é suficiente para prevenir ressurgimentos do extremismo (Kalyvas, 2018; Berdal & Malone, 2020). Políticas de desenvolvimento local, educação e inclusão econômica constituem ferramentas indispensáveis para a construção de uma paz duradoura.

A desigualdade estrutural, manifestada na concentração de riqueza e exclusão social, representa um desafio central para a coesão nacional. A análise indica que políticas públicas fragmentadas e ausência de redistribuição efetiva de recursos mantêm populações inteiras em situação de vulnerabilidade (Birdsall, 2019; Ferreira & Ravallion, 2021). Assim, torna-se imperativo que o Estado implemente medidas de inclusão econômica e social, reforçando programas de assistência, estímulo à produção local e acesso equitativo a serviços públicos essenciais.

A participação política e cidadã surge como vetor crítico para a transformação nacional. A literatura de ciência política evidencia que engajamento ativo e informado da população fortalece a legitimidade institucional e promove *accountability* (Diamond & Plattner, 2019). Em Moçambique, observa-se uma crescente conscientização cívica, especialmente entre os jovens, que começa a desafiar práticas de clientelismo e corrupção. Todavia, a efetividade desse movimento depende de instituições robustas, liberdade de expressão e proteção de direitos civis, elementos ainda fragilmente consolidados.

Um aspecto transversal identificado é a necessidade de reconstrução ética e moral das instituições. A corrupção sistêmica e a captura do Estado comprometem não apenas a eficiência

administrativa, mas corroem a confiança pública, gerando apatia e desengajamento social (Rose-Ackerman, 2016; Transparency International, 2021). A análise sugere que a transformação institucional em Moçambique não será duradoura sem um compromisso coletivo com valores de integridade, transparência e responsabilidade social.

Diante destes factos, recomenda-se uma abordagem integrada para políticas públicas:

- a) Educação: reformulação curricular, capacitação docente, produção de materiais pedagógicos locais e monitoramento contínuo.
- b) Administração pública: fortalecimento da gestão financeira, transparência na implementação de políticas e mecanismos claros de responsabilidade.
- c) Segurança e paz: estratégias de prevenção de conflitos, reconstrução social pós-conflito e inclusão econômica das comunidades afetadas.
- d) Participação cidadã: promoção de espaços de diálogo, proteção à liberdade de expressão e estímulo à consciência cívica.
- e) Justiça social e redistribuição: implementação de políticas de combate à pobreza, redução de desigualdades regionais e promoção de equidade econômica.
- f) Ética e governança: criação de códigos de conduta rigorosos, fiscalização independente e campanhas de educação cívica para consolidar valores morais na gestão pública.

A síntese final revela que Moçambique encontra-se em um ponto crítico de inflexão histórica. As escolhas presentes determinarão se o país seguirá perpetuando ciclos de desigualdade e exclusão ou se avançará rumo à consolidação de instituições fortes, desenvolvimento humano sustentável e justiça social ampla. A responsabilidade é coletiva, exigindo que cidadãos, líderes e instituições atuem com coragem, integridade e visão estratégica. A transformação não é apenas possível; ela é imperativa para garantir que Moçambique seja um país onde a justiça, a educação, a segurança e a participação cívica deixem de ser privilégios de poucos para se tornarem direitos universais.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. New York: Crown Business, 2012.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. *African economic outlook 2022*. Abidjan: African Development Bank, 2022.

BERDAL, Mats; MALONE, David. *Greed and grievance in civil war*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

BIRDSALL, Nancy. *Inequality in a globalizing world*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BOVENS, Mark. Accountability in public administration. In: FERLIE, Ewan; LYNN, Laurence E.; POLLITT, Christopher (Org.). *The Oxford handbook of public management*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 182–208.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 02 ago. 2025.

CHABAL, Patrick. *Africa: The politics of suffering and smiling*. London: Zed Books, 2002.

CONRADO, Ricardo. *Perspectivas sobre o Estado e a governança em Moçambique*. Maputo: Editora Académica, 2025.

DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. *Democracy in Africa: Successes, failures, and the struggle for political reform*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2019.

FERREIRA, Francisco H. G.; RAVALLION, Martin. *Poverty and inequality: Measurement, policy, and impact*. Washington: World Bank Publications, 2021.

GYIMAH-BOADI, Emmanuel. *Democracy and governance in Africa: Trends and challenges*. Accra: African Center for Economic Transformation, 2017.

HANLON, Joseph. *Mozambique: Who calls the shots?* London: James Currey, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Relatório estatístico anual de Moçambique 2024*. Maputo: INE, 2024.

ISAACMAN, Allen. *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900–1982*. Boulder: Westview Press, 1996.

KALYVAS, Stathis N. *Modern insurgencies and counterinsurgencies: The role of civilian populations*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

LINDERT, Kathy. *Growing public social spending in developing countries: Past trends and future prospects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE. *Relatório sobre mudanças climáticas em Moçambique*. Maputo: MTA, 2019.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. *Relatório anual de execução orçamental 2024*. Maputo: Ministério das Finanças, 2024.

MURSHED, Syed Mansoob. *Public sector reform and governance in post-conflict states*. London: Routledge, 2020.

NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. London: Hurst & Company, 1995.

NORTH, Douglass Cecil. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- PATTON, Michael Quinn. *Qualitative research & evaluation methods*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Relatório anual de governação e desenvolvimento*. Maputo: Gabinete do Presidente, 2020.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.
- TIJO, Alfredo. *Desigualdade e justiça social em Moçambique: uma análise sociopolítica*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2025.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption perceptions index 2021*. Berlin: Transparency International, 2021.
- UNESCO. *Global education monitoring report 2022: Inclusion and education*. Paris: UNESCO Publishing, 2022.
- UNITED NATIONS. *Human development report 2023*. New York: United Nations Development Programme, 2023.
- VAN DE WALLE, Nicolas. *Decentralization and local governance in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- VAZ, Edson. *Comunicação e políticas públicas em Moçambique: desafios e oportunidades*. Maputo: Integrity Press, 2025.
- VAZ, Edson; CONRADO, Régio. *Políticas públicas e comunicação em Moçambique*. Maputo: Editora Académica, 2023.
- WORLD BANK. *Mozambique economic update: Human capital and governance*. Washington: World Bank Publications, 2023.